

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

**Arquitetura e Urbanismo: Planejando e
Edificando Espaços**
2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL-PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i> <i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i> <i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i> <i>Tamara Tania Cohen Egler</i> <i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i> <i>Alessandro Alves</i> <i>Joani Paulus Covaleski</i> <i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i> <i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	353

BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA

Soraia Santos da Silva

Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Niterói – Rio de Janeiro

RESUMO: A urbanização da favela de Brás de Pina, situada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, se configurou como uma experiência singular no processo de urbanização participativa de favelas, num período em que a política habitacional no Brasil era marcada pelos processos de remoções. Sendo um dos primeiros projetos participativos, de fato executado por gestores estatais, que teve início com uma mobilização popular em pleno contexto de ditadura militar no país. Nesse sentido, os efeitos das experiências de planejamento em que a participação dos cidadãos foi inserida na formulação e implementação de políticas públicas para as cidades brasileiras evidenciam a importância do exercício do direito à cidade, ou seja, da produção e construção dos lugares vividos. O presente estudo tem como objetivo discutir essa experiência como um modelo de planejamento participativo e entender como esse fato está inscrito atualmente na memória dos sujeitos que viveram esse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização de favela. Memória. Brás de Pina. Rio de Janeiro.

ABSTRACT: The urbanization of the Brás de Pina favela, located in the Northern Zone of the city of Rio de Janeiro, was a unique experience in the process of participatory urbanization of favelas, in a period in which the housing policy in Brazil was marked by the processes of removals. It was one of the first participatory projects, in fact executed by state managers, which began with a popular mobilization in the context of a military dictatorship in the country. In this sense, the effects of planning experiences in which the participation of city dwellers was inserted in the formulation and implementation of public policies for Brazilian cities shows the importance of exercising the right to the city, that is, of the production and construction of lived places. The present study aims to discuss this experience as a model of participatory planning and to understand how this fact is currently inscribed in the memory of the subjects who lived this process.

KEYWORDS: Urbanization of Favela. Memory. Brás de Pina. Rio de Janeiro.

1 | INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste estudo foi o livro *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro* do arquiteto, urbanista e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1943-1989). Nesta

obra, o autor analisa a população pobre enquanto possíveis agentes do processo das transformações que acontecem no cotidiano da cidade, a partir da apresentação de três estudos de caso: Morro Azul, Catumbi e Brás de Pina.

Em 1964 o Brasil deu início ao regime de ditadura militar, o qual durou 21 anos (1964-1985). Nesse período, a política urbana voltada para as favelas era marcada pelo caráter autoritário e pelo viés remocionista. O governo federal criou em 1968 a Coordenação de Habitação de Interesse Social na Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM), com o intuito de estabelecer uma única política para as favelas dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Conforme Marcelo Burgos (1999) a CHISAM via a favela como um lugar deformado, tanto do ponto de vista moral, quanto do seu espaço físico, sendo a solução para esse problema a erradicação desses lugares. Contudo, na esfera local, sob o governo de Francisco Negrão de Lima (1965-1971) foi criado no Estado da Guanabara, no mesmo ano, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – CODESCO. Diferente da CHISAM que via a erradicação como única solução para o problema favela, a CODESCO enfatizava a organização e a participação dos moradores no processo de urbanização das favelas. Para Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) a criação da CODESCO foi possível pela confluência de alguns fatores:

O pequeno número de seus projetos (só três favelas envolvidas); Uma teoria e uma conceituação muito bem desenvolvidas (os trabalhos passaram por um período de estudos de um ano e meio antes de uma execução); Influência de certas opiniões técnicas, incluído as de estrangeiros (relatório Wagner), contrárias à experiência das “vilas”; Interesse do governo em desenvolver alguns projetos de reabilitação local em favelas, para provar que não eram viáveis; Necessidade do governo de apresentar programas variados como fachada política (SANTOS, 2017, p.120-121).

O presente estudo está inserido no contexto descrito acima, sendo o recorte deste trabalho a experiência da urbanização que aconteceu na favela de Brás de Pina. A primeira parte desse trabalho aborda o processo da urbanização. Na segunda seção estão às memórias dos sujeitos que participaram dessa experiência, através de entrevistas com moradores antigos e o depoimento da arquiteta Sueli de Azevedo. A terceira parte discute os dilemas da memória e por fim, as considerações finais.

2 | A URBANIZAÇÃO DA FAVELA DE BRÁS DE PINA

O processo de urbanização da favela de Brás de Pina iniciou em 1964 e nesse momento, o Estado da Guanabara era governado por Carlos Lacerda. A política urbana do governo Lacerda tinha como base as remoções das favelas do Rio de Janeiro. De acordo com Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) o critério geral de seleção para as áreas que seriam removidas considerava as favelas que estivessem situadas em terrenos valiosos, em que sua recuperação e venda gerasse novos recursos para

que o programa de erradicação pudesse ser implementado em outras favelas. Diante disso, Brás de Pina estava entre as cinco primeiras favelas que obedeciam a esse critério geral e que, portanto seria erradicada. Todavia, o programa para erradicação de favelas encontrou resistências neste local.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) aponta que, antes de 1964 existiam em Brás de Pina três associações de moradores que funcionavam ao mesmo tempo. Contudo, diante das pressões para a remoção, as associações se uniram formando apenas uma com o intuito de fortalecer a resistência frente as mudanças propostas pelo governo Lacerda. Diante desse contexto de resistência, o governador só conseguiu retirar 180 famílias, as quais foram direcionadas para as unidades habitacionais da Companhia de Habitação Popular (COHAB) recém-construídas na Zona Oeste da cidade: Vila Aliança, em Bangu e Vila Kennedy, em Senador Camará. As 800 famílias que permaneceram no local passaram a lutar pela urbanização da favela como uma alternativa a política de remoção proposta pelo governo de Carlos Lacerda.

Antes de 1964, a favela de Brás de Pina tinha um terreno básico e pantanoso que foi aterrado durante anos, de forma gradual pelos moradores, através das ruas que comportavam o acesso em direção a uma depressão central, em que cotas estavam abaixo do nível da maré alta. Em períodos de chuvas fortes com marés ocorriam inundações, na medida em que a água do mar vazava por um canal que era próximo. Em momentos sem chuvas, havia muita lama no local, com exceção de duas ruas que eram limites das ruas oficiais do bairro circunvizinho.

Não eram só casas que os favelados tinham feito para morar. Eles também tiveram de fazer o chão onde assentá-las – “esperávamos baixar as águas e formávamos uma ilha, puxando a lama. No começo, quando as águas subiam, invadiam o barraco até os joelhos. Com a continuação do aterro, em que eu, meu marido e minha filha trabalhávamos dia e noite, ficamos livre das águas.” O esforço individual e coletivo foi respeitável, a ponto de o pântano acabar restrito a um charco central, permanentemente cheio de água podre (SANTOS, 1981, p.36).

Gilda Blank (1981) ressalta em seu trabalho *Brás de Pina – experiência de urbanização de favela*, que os investimentos em melhorias nas áreas faveladas, realizados pelos próprios moradores, eram uma realidade comum nas favelas do Rio de Janeiro. “Esse processo ocorre, principalmente, quando o estágio de insegurança da população, seja físico – posse da terra – ou socioeconômico – emprego – já foi, pelo menos em parte, ultrapassado” (BLANK, 1981, p.95).

Do ponto de vista habitacional, Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) nota que 95% das construções eram formadas por barracos de madeira e só 3,8% eram casas de alvenaria. E muitas das construções eram erguidas sobre palafitas, devido as constantes inundações que ocorriam no local. Para o autor, o fato de a madeira ser o principal material de construção está atrelado a dois fatores: (1) por se adequar as condições do terreno e; (2) por ser um investimento menor a fazer em um lugar que sempre pairava a ameaça de “limpeza” e remoção.

A urbanização significaria em linhas gerais, a legalização da posse da terra; a execução de infraestrutura urbanística e o desenvolvimento das condições de organização do lugar. Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) aponta que após a ordem de despejo dos moradores, a elaboração de um plano urbano para Brás de Pina serviu como um instrumento reivindicatório e demonstrativo, em que a linguagem utilizada foi a mesma usada pelo governo local.

Nesse sentido, após a remoção parcial da favela, em 1965, alguns líderes da associação de moradores que participavam da diretoria da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) entraram em contato com o grupo Quadra Arquitetos Associados Ltda. que prestava assessoria à FAFEG, integrados pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sylvia Wanderley, Sueli de Azevedo, Fernando Casério, Zilda M. da Silva e Rogério Aroeira – para prestar assessoria aos moradores de Brás de Pina.

A forma de planejamento urbano adotada por Carlos Nelson e seus colegas de trabalho era distinta da que predominava na época. Naquele momento, o trabalho do arquiteto e do urbanista voltado para as localidades carentes era pautado no distanciamento dos moradores locais, acontecendo geralmente através de uma agência do governo. O contato com a população de tais localidades e a busca pela compreensão da realidade na qual estavam inseridos foi um dos fatores que implicaram na urbanização da favela de Brás de Pina ter acontecido de maneira participativa, com a atuação dos moradores em várias etapas do processo.

Assim, a primeira etapa da urbanização consistiu no trabalho de campo e diagnóstico que foi realizado pelos próprios moradores sob a orientação do grupo de arquitetos envolvidos. Posteriormente, foi elaborado um plano de urbanização contendo um esquema viário e um estudo de divisão de terra. Blank (1981) aponta que os moradores sabiam que não teriam condições técnicas ou financeiras para pôr em prática o plano de urbanização, contudo queriam atrair a atenção do governo para que fosse desencadeado o processo necessário.

O financiamento para tornar viável a urbanização em Brás de Pina, foi possível com a mudança do governo estadual em 1966, com a entrada de Negrão de Lima, candidato de oposição ao então governo Lacerda. O governo de Negrão de Lima (1966-1971) se posicionou contra as remoções, e buscou alternativas para as favelas. Um exemplo disso foi à criação do Grupo de Trabalho 3881, em maio de 1966, o qual era formado por arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos e tinha o papel de coordenar e elaborar a política urbana para o Estado da Guanabara. O GT 3881 estava ligado à Companhia do Progresso do Estado da Guanabara (COPEG), que tinha como objetivo principal a promoção do desenvolvimento industrial no Estado.

A secretaria executiva do GT 3881 tinha o intuito de promover a integração da favela ao bairro onde estava inserida. A princípio quatro favelas seriam selecionadas para serem feitos os estudos de recuperação desses lugares: Morro União, Guararapes, Mata Machado e Brás de Pina. Todavia, apenas em três favelas as obras

de urbanização foram concretizadas: Mata Machado, Morro União e Brás de Pina, sendo que apenas nesta última a urbanização foi finalizada. Um dos principais motivos para a escolha de Brás de Pina foi além do seu histórico de resistência, a presença do espírito comunitário na favela, que expressava a “luta contra remoção e a suposta união dos moradores em torno do ideal de urbanização” (SANTOS, 1981, p.51).

Foi nesse contexto de transformações políticas que a urbanização de Brás de Pina aconteceu em 1969 tendo a duração aproximada de um ano e meio. Os agentes financiadores foram: o Banco Nacional de Habitação (BNH), a Fundação Leão XIII e a COHAB. Dentre os atores envolvidos estavam: a população; a associação de moradores; o padre José Sainz Artola, membro da Igreja Católica Santa Edwiges; os técnicos – Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sueli de Azevedo e Sylvia Wanderley, membros do grupo Quadra Arquitetos Associados Ltda. e a CODESCO.

Com a entrada do governo Negrão de Lima, o grupo Quadra passou a prestar assessoria, consultoria, e a executar os planos urbanísticos e habitacionais da CODESCO. O grupo Quadra era vinculado ao Centro de Pesquisas Habitacionais (CENPHA) – órgão que assessoraria o grupo de trabalho da COPEG. Seu papel era realizar pesquisas urbanísticas e habitacionais em Brás de Pina e nos bairros circunvizinhos. Posteriormente, foi contratado pelo GT 3881, por causa da familiaridade com a história e as condições da favela de Brás de Pina. Nesse período, a arquiteta Gilda Blank também foi contratada para trabalhar com o grupo para a realização das pesquisas em Brás de Pina.

Conforme Blank (1981) os trabalhos de urbanização em Brás de Pina tiveram como base as seguintes premissas e linhas de ação traçadas:

a) qualquer plano que viesse a ser elaborado teria de ser adequado a uma camada da população na faixa de 1 a 3 salários mínimos; b) Qualquer que fosse a solução a ser adotada ou o processo a seguir, era necessário mobilizar os esforços da população, e promover o engajamento da comunidade no programa de urbanização através de um prévio trabalho de conscientização; c) Era necessário possibilitar a autopromoção do morador, pela expressão da vontade de participar na construção de sua moradia, e pela busca de soluções que mais atendessem as suas necessidades; e d) de acordo com o objetivo definido [pela CODESCO] de integrar a comunidade subnormal ao bairro adjacente (BLANK, 1981, p. 100).

As premissas e linhas de ação acima evidenciam a preocupação dos planejadores em inserir a participação dos moradores no processo de planejamento da urbanização da favela de Brás de Pina, estimulando o processo de fazer cidade, através da produção do lugar vivido de maneira conjunta. A participação dos moradores ocorreu de diversas formas, desde a elaboração do diagnóstico e sugestões para as transformações no local, até os processos de contra usos do espaço. De acordo com Blank (1981) foram adotados vários métodos que levassem a população a participar, escolher e concordar com os programas implantados. Dentre esses: convocação para reunião de grupos, formação de equipes para o remanejamento dos barracos, campanhas de

esclarecimento, acompanhamento em todas as fases do trabalho, incentivo para a construção, tudo de forma conjunta com os planejadores.

No que concerne à habitação, os arquitetos sugeriram que os moradores desenhassem suas próprias plantas, conforme seus desejos e necessidades. Para facilitar a expressão dos moradores, que não estavam familiarizados a desenhar de maneira convencional as representações do espaço, os arquitetos distribuíram folha de papel quadriculado aos moradores, para que desenhassem e orientaram como fazer.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos aponta que: “em um mês recebemos umas 300 plantas de todos os tipos, desde as muito elaboradas, projetadas por engenheiros e arquitetos, até as absolutamente não convencionais” (SANTOS, 1981, p.67). Diante disso, as plantas foram traduzidas num estudo tipológico, contendo 13 modelos diferentes. A esse respeito, explica o arquiteto:

O favorito passou a ser um chamado 2B (com 40% das escolhas). Era uma casa com 47 m² com sala, dois quartos, banheiro, cozinha, varanda e área de serviço. Em segundo lugar, os moradores continuavam a preferir seus próprios “projetos” (35% das escolhas), o que foi considerado positivo (SANTOS, 1981, p.67).

A partir da análise das plantas apresentadas pelos moradores, Carlos Nelson (2017) identificou uma tendência recorrente: um corredor central, o qual o autor se referiu como típica solução de classe média. A explicação para esse fato está atrelada a familiaridade que os moradores tinham com as casas da classe média carioca, pois muitas mulheres trabalhavam nessas casas como empregadas domésticas e muitos homens as construíaam ou as consertavam.

Em vários casos, os estudantes em campo sustentaram longos argumentos com os moradores tentando que modificassem coisas que lhes pareciam absurdas. No final descobriram que tais coisas tinham significado para os que as pediram, que, na maioria dos casos, quando recusavam correções, tinham ótimas justificativas ainda que lhe fosse muito difícil expressá-las em palavras frente aos “doutores”. É que as soluções das necessidades cotidianas são dadas pela própria ação de vivê-las. O discurso racional ou suas representações através de desenhos lógicos não são necessários (SANTOS, 2017, p.149).

Nesse contexto, Victor Vincent Valla (1998) em seu artigo *Sobre participação popular: uma questão de perspectiva* ressalta que um dos limites para a efetivação da participação popular reside no hiato entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Sua hipótese é de que os mediadores (profissionais e técnicos da classe média) que trabalham com a participação popular têm dificuldades em compreender os interesses e avaliações de realidade das classes populares. Dessa forma, a relação entre os diferentes tipos de conhecimento que implica na valorização do saber profissional em detrimento do saber popular, pautado nas experiências vividas no cotidiano, impõe limites à participação popular. No caso da experiência de Brás de Pina, esse limite foi ultrapassado através do diálogo entre técnicos e moradores, na

medida em que os modelos das plantas contemplaram as duas formas de saber.

A construção das casas era responsabilidade do morador, cabendo à CODESCO apenas a atuação em assistência técnica, fiscalização e oferta de orientação quando solicitado. De acordo com Blank (1981), foi criado um sistema de concessão de financiamento de material de construção, Recon-Social, que tinha como princípio juros baixos e longo prazo de pagamento. O Recon-Social foi criado pela Carteira de Operações de Natureza Social do BNH e posto em prática pela primeira vez em Brás de Pina.

O financiamento para as edificações das casas foi transferido diretamente para o morador. Dessa maneira, eles próprios puderam comprar seus materiais de construção, conforme as especificidades presentes nos projetos aprovados. A mão de obra ficou por conta dos moradores. De acordo com Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), na maioria dos casos, o morador contratou com seu próprio recurso, alguns homens para trabalharem com eles durante a semana, enquanto que nos finais de semana puderam contar com a ajuda dos parentes e amigos. Assim, a assistência técnica foi mínima, uma vez que as casas eram pequenas e, portanto sem muitas dificuldades para a construção.

O período da urbanização teve implicações que ultrapassaram a esfera do planejamento, tendo impactos distintos do que era esperado pelo Estado. Os moradores iniciaram um processo de venda de direitos, que consistia na venda das vagas no plano de urbanização, em que a princípio os beneficiários seriam apenas as famílias cadastradas pelo GT 3881 em 1967. Dentro dessa lógica de mercado, alguns moradores pediram empréstimos com o objetivo de construir casas de dois pavimentos. Dessa forma, teriam uma unidade a mais para alugar, vender ou abdicar a um parente. O fato do valor do aluguel ser mais alto que as prestações do empréstimo, significou um grande negócio para os moradores. Tal situação implicou num conflito de interesses entre os atores envolvidos, na medida em que nem todos concordavam com as práticas especulativas dos moradores, especificamente a CODESCO, pois não via sentindo em um plano de urbanização pensado pra os moradores originais da favela acabar por atender pessoas de outras localidades. A solução encontrada foi a Associação de Moradores controlar as vendas de direito, e a proibição, oficialmente, das construções para fins especulativos.

Em 1970, a estrutura física da favela de Brás de Pina já tinha se transformado, pois havia toda uma rede de infraestrutura urbana. De acordo com Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), a maior insatisfação em Brás de Pina, depois da urbanização, está atrelada a propriedade da terra e a cobrança de imposto pelo Estado. Tal fato acarretou uma situação paradoxal, na medida em que os moradores pagaram o financiamento das construções em terrenos que não eram seus, e o Estado não solucionou esse problema, uma vez que não transferiu a posse do terreno para os moradores.

Em 2015, Larissa Guimarães da Silva realizou uma pesquisa de monografia em Arquitetura e Urbanismo sobre a favela Brás de Pina, após 50 anos da execução de

sua urbanização. Com o intuito de analisar a integração de favelas às áreas formais da cidade, a autora concluiu que apesar da urbanização, a favela de Brás de Pina não está plenamente integrada ao bairro e continua sendo classificada pela Prefeitura do Rio de Janeiro como favela. Silva (2015) argumenta que esse fato decorre da falha do processo de regularização fundiária e principalmente da intensificação de problemas como a ausência de segurança e do ordenamento público do espaço.

3 | MEMÓRIAS DA URBANIZAÇÃO DE BRÁS DE PINA

Nessa seção constam entrevistas com moradores antigos e o depoimento da arquiteta Sueli de Azevedo sobre a urbanização da favela de Brás de Pina.

Virgínia, moradora de Brás de Pina

Não me lembro de nada... vagamente. Eu era criança na época. Sei que muita gente não mora mais lá, vendeu a casa e se mudou para outros bairros, como Vigário Geral (Virgínia).

A venda da casa própria é um processo recorrente em contextos de valorização do solo urbano, no qual a casa está localizada. Diversos motivos podem suscitar esse procedimento: aumento das despesas mensais, possibilidade de investimento em algum negócio, compra de terreno ou uma nova moradia em um lugar mais barato, entre outros. No caso da favela de Brás de Pina, a valorização da área foi proveniente da urbanização e da construção de casas de alvenaria. Virgínia não informou em que período as pessoas venderam suas casas.

O bairro de Vigário Geral é próximo a Brás de Pina, no ano de 1970 foi inaugurado o conjunto habitacional Vila Esperança, construído pela COHAB-GB, alguns moradores de favela foram removidas para esses conjuntos na época do governo Carlos Lacerda, pode-se supor que um dos motivos que levaram os moradores de Brás de Pina a venderem suas casas e mudarem para Vigário Geral, além da proximidade com o bairro, foi o fato de estarem perto de parentes e/ou amigos que no processo de remoção parcial da favela se mudaram para lá.

Os dois irmãos, moradores da favela de Brás de Pina

Parte da urbanização da favela Cinco Bocas ocorreu na Rua Taborari, uma das entradas principais de acesso à favela, as demais ruas não são identificadas por um nome, mas por número. Saindo da Rua Taborari, encontramos dois irmãos que estavam consertando um carro velho, na porta de suas casas. Apresentei-me como professora do C.E. Scudese, Jéssica como moradora e Juliana como pesquisadora. O curioso, nesse momento, foi que Jéssica fez questão de ressaltar que não morava ali, mas lá, ou seja, fora da favela. Enquanto, os irmãos enfatizaram que a favela

começava na outra rua, ali onde eles moravam não era favela.

Gilda Blank (1981) ao retornar a favela, em 1976, oito anos após sua urbanização ressaltava que apesar das transformações ocorridas, para os moradores de Brás de Pina continuava existindo diferença entre a antiga favela e o bairro vizinho. Evidenciando que a favela ainda não era uma continuação normal do bairro adjacente. Assim, mesmo que algumas favelas façam parte do conjunto do bairro, os limites e pertencimento com o lugar são bem demarcados pelos moradores. Isso ficou claro para mim durante a visita guiada por minha ex-aluna, pelo bairro e pela favela de Brás de Pina.

Falamos sobre o nosso interesse na urbanização que ocorreu naquele lugar e eles informaram que participaram do processo. Neste dia, estava com o livro *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*, que eles não conheciam. Foram folheando com curiosidade, quando de repente um irmão falou para o outro: “olha isso aqui, estão nos chamando de porcos, dizendo que morávamos num charco”. A palavra charco refere-se a uma grande poça d’água com uma quantidade de lama. Antes da urbanização, uma das características do terreno da favela era o fato de ser pantanoso, e dos constantes alagamentos em períodos de chuvas.

Referiram-se ao padre Artola como “comunista”. A igreja Católica teve um papel importante contra a remoção da favela de Brás de Pina. Nos anos que antecederam a política de remoção do governo Lacerda, algumas ações de melhoria de infraestrutura urbana em favelas foram realizadas pela Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, instituições vinculadas a Igreja Católica. Em um contexto em que o país estava sob o regime militar, qualquer posicionamento contrário ao *status quo* era visto como uma ameaça.

Ficamos sabendo que várias pessoas venderam as casas e se mudaram da favela Cinco Bocas. Apesar de morar anos ali, um dos irmãos confessou que se tivesse condições financeiras moraria em outro lugar também, pois ali era favela, que não era para nos enganarmos por causa da urbanização. O irmão mais velho, provável dono da casa, estava construindo outra casa, na parte superior para o irmão mais novo. Com o passar dos anos, a fachada das casas se alteraram, além do surgimento de novas construções.

Teresa, moradora da favela de Brás de Pina

Teresa tem 59 anos, nasceu e cresceu em Brás de Pina. Frequenta a Igreja Batista, localizada na Praça do Country, há 58 anos. Mãe de dois filhos, um deles estudante do C.E. Scudese. Estudou enfermagem, pois cresceu observando sua mãe cuidar dos vizinhos, como por exemplo, fazendo a limpeza da cicatriz do umbigo dos bebês recém-nascidos. Não concluiu o curso de enfermagem porque optou pela criação dos filhos. Mas, até hoje realiza atividades relacionadas à enfermagem: curativos, injeção, estando sempre à disposição para ajudar quem precisa. Atualmente é trabalhadora autônoma.

Segundo Teresa, Brás de Pina era muito melhor em seu tempo de criança. Uma

das formas de lazer era andar de charrete pelas ruas do bairro. A Praça do Country não era como hoje, pois era menor. Antigamente tinham bailes que lotavam o espaço, frequentado também pelos moradores da Cidade Alta. Existia aluguel de bicicletas. Havia um banco próximo da estação de trem e um restaurante. “Hoje não há muito lazer, nem serviços, sempre temos que resolver as coisas na Penha [bairro vizinho]”.

A urbanização que ocorreu no final de 1960 na favela de Brás de Pina permeia a memória de Teresa, que sorriu e se emocionou ao contar sua história. Ela tinha entre 11 e 12 anos na época. No dia em que o governador Lacerda foi à favela para dar início à remoção, foi uma festa, uma diversão para ela. Isso porque o governador e o secretário, que vestiam roupas brancas, foram jogados na lama pelos moradores. Risos ao contar esse caso.

Os pais de Teresa participaram do movimento de resistência à política de remoção. Por serem moradores antigos, a família conseguiu garantir dois lotes, um ficou para a irmã mais velha que iria se casar em breve. Teresa era a penúltima de onze filhos. Em sua lembrança, o processo de urbanização foi sofrido. Conta que durante o remanejamento dos barracos, os moradores não sabiam o que ia acontecer, as famílias só tiveram duas horas para saírem de suas casas, e depois ficaram desabrigadas. Lembrou-se da preocupação de sua mãe que não sabia o que fazer, com quatro filhos pequenos. O pai estava trabalhando naquele momento. “A gente sabia que teria urbanização, mas isso não era uma certeza para os moradores”.

Blank (1981) aponta que na favela de Brás de Pina havia uma área vazia de 35.000m², inclusa no plano de urbanização, a qual serviu para os deslocamentos necessários de algumas unidades localizadas em pontos estratégicos. Dessa forma, foi projetado um programa de deslocamento sucessivo de organização espacial denominado remanejamento. O objetivo era urbanizar a área livre, ocupada posteriormente por um grupo de moradores, “a área antes ocupada passava a ser urbanizada e, em seguida, ocupada por outro grupo de casas, repetindo-se o processo até que todas as unidades ocupassem os seus lotes definitivos” (BLANK, 1981, p.101). Para Teresa o processo de remanejamento significou um período de incertezas. Sobre isso a arquiteta Blank (1981) ressalta que:

Para o morador, essa etapa foi, no sentido mais global, a que exigiu mais plenamente a atuação de todas as pessoas da favela, interferindo profundamente em suas vidas. A mudança do barraco era tarefa exclusivamente de responsabilidade do chefe de família e, por isso, o remanejamento constituiu-se o termômetro da participação popular de todo o processo (BLANK, 1981, p.101).

A escolha dos lotes pelos moradores ocorreu de forma concomitante ao processo de remanejamento. Teresa relembra que os lotes foram distribuídos entre os moradores mais antigos. Aqueles que não conseguiram um lote, por serem mais novos no lugar, foram transferidos para os conjuntos habitacionais na Zona Oeste: Vila Kennedy e Vila Aliança. Com a distribuição dos lotes os moradores construíram temporariamente

novos barracos, até que tivesse início à construção de novas moradias. “A escolha significava uma conquista importante para o morador – o direito de decidir sobre seu lugar de moradia, sua liberdade de decisão” (BLANK, 1981, p.102).

Sobre a participação dos arquitetos e urbanistas, Teresa conta que não tem muita lembrança, que eles urbanizaram, fizeram as plantas das casas e depois sumiram. Relata que seu pai solicitou que a planta da casa tivesse dois andares, pois sabia que sua irmã casaria, e também iria se separar em pouco tempo, pois ela e o marido brigavam muito.

Aqueles moradores que pediram um empréstimo para a construção das casas tiveram que seguir o modelo das plantas. Os que não financiaram, construíram de forma livre. A fachada da casa de Teresa continua igual, as mudanças só foram realizadas no interior da casa.

Para Teresa, a urbanização foi positiva, lembrou-se de como a praça era bonita. Todavia, ela relata que o lugar hoje está abandonado, as ruas estão esburacadas, a associação de moradores não é mais atuante. “A casa branca já não funciona mais. Antigamente havia cursos, minha mãe dava aula de corte e costura e tricô, hoje nada funciona”.

Sobre a participação do Padre Artola, Teresa não apresentou bons relatos. Segundo ela o padre quis se fazer às custas da luta dos moradores. Relatou sobre casos de desvio de verbas da Igreja e favorecimento na escolha de lotes há alguns moradores. “Alguns moradores falarão bem do padre, porque conseguiram dois lotes nas melhores ruas, essas casas ocupam duas ruas”. Essa situação evidencia uma dinâmica conflituosa entre os atores que participaram do processo da urbanização.

Hoje, o bairro na visão de Teresa, não é mais como antes por causa da violência. “A polícia está fechando o círculo para o tráfico, o que dificulta a comercialização das drogas e a consequência disso é o aumento dos assaltos na região”. A presença do tráfico de drogas é um dos motivos pelo qual a favela de Brás de Pina ainda é considerada uma favela. Apesar do aumento da violência, Teresa disse que nunca aconteceu nada com ela, nem com seus filhos. E que apesar do abandono da associação, dos políticos que só aparecem em período eleitoral, ela gosta de viver lá.

Sueli de Azevedo, arquiteta e urbanista

A arquiteta Sueli de Azevedo relembra que tudo começou em 1965, quando ela e alguns colegas haviam terminado a graduação em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro e resolveram se reunir para criar um escritório, Carlos Nelson Ferreira dos Santos era o único integrante do grupo que ainda era estudante e não havia concluído a graduação. Nesse período os integrantes do grupo mantinham relação com a Igreja através da Juventude Universitária Católica (JUC), organização do movimento estudantil.

O primeiro contato do grupo Quadra com a favela foi através de outros grupos que realizavam trabalhos sociais na área de saúde na favela do Catumbi e São Carlos.

Algumas lideranças de favelas pertenciam à FAFEG, em decorrência disso o grupo foi convidado para assessorar a Federação das Favelas em assuntos urbanísticos. “E ficamos assim envaidecidos, imagina! Todo mundo recém-formado com aquela incumbência” (Sueli de Azevedo). Foi a partir desse trabalho que começaram a entender aquela realidade, porque até então não havia uma definição clara de como trabalhar em uma favela.

A arquiteta ressalta que nesse período a favela de Brás de Pina ficou sabendo da existência deles, enquanto assessores da FAFEG, e os convidaram para ir trabalhar com eles. “A Zilda lembra bem disso. Estávamos lá e de repente apareceram umas figuras dizendo: - olha precisamos de vocês” (Sueli de Azevedo). Foi assim que foram pela primeira vez à favela. Adentrar numa realidade desconhecida suscitou alguns questionamentos, do ponto de vista do trabalho urbanístico – como seria identificar, classificar e numerar o espaço. Além do fato de serem assessores e os moradores não possuírem dinheiro.

Nesse contexto foi elaborada uma metodologia simples para o levantamento de dados sobre a área, número de barracos, quantidade de famílias, etc. As informações foram levantadas pelos próprios moradores que posteriormente as entregaram anotadas em papel de pão, papel pardo, no escritório do grupo Quadra. E foi assim que os arquitetos iniciaram o trabalho na favela de Brás de Pina.

Durante esse período o grupo Quadra foi contratado pela COPEG para realizar um levantamento urbanístico em quatro comunidades: Brás de Pina, Morro União, Mata Machado e Guararapes. Sueli de Azevedo relembra que esse trabalho foi fantástico, porque até então não havia uma metodologia para levantamento de dados urbanísticos e socioeconômicos em favela. Dessa forma, o grupo elaborou outras formas de classificação, a qual não condizia com a realidade da cidade formal. Em meio a esse trabalho de levantamento surgiu a CODESCO, com a finalidade de executar obras de urbanização de favelas.

Aí sim, meu amigo Carlos Nelson foi muito brilhante, porque foi à hora em que a obra aconteceu e ele ficou à frente de Brás de Pina. E se eu contar para vocês o que era trabalhar numa comunidade: Brás de Pina era uma favela plana, encharcada no centro, em que você teria que começar a criar espaço de transferir pessoas das áreas mais alagadas, portanto menos densa, para uma área que a gente continha dentro do... próximo ali da comunidade. Mas a gente teve que começar a fazer uma brincadeira, um jogo, esvazio aqui, a empreiteira entra, faz as obras de infraestrutura, leva água e esgoto, energia e aí divide os lotes. Num final de semana, essa comunidade que foram selecionados para aqueles lotes, elas pegavam as suas casas, desmontavam porque ali só tinha casas de madeira, transferiam para o final do lote (Sueli de Azevedo, 08 de junho de 2018).

O processo descrito acima pela arquiteta se refere ao remanejamento dos barracos, uma das etapas da urbanização da favela. Sueli de Azevedo relembra que o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos chegou ao escritório certa vez e disse não saber mais o que fazer, pois uma hora era a igreja, outra hora não sabe o que. E

contou um caso ocorrido na época:

Um dia o cara chegou no escritório: - eu não consegui desocupar a quadra tal. E nós perguntamos o que houve, o que está acontecendo? Não aconteceu dentro do programado por ele, porque ele era muito rigoroso. Ah, fui identificar quem era que estava lá impedindo, era a dona do puteiro. Ela disse: - final de semana nem pensar! Eu não saio daqui, é o meu dia de trabalho. Então, sexta, sábado e domingo não se mexia naquela quadra. A empreiteira, por outro lado, emputecida porque tinha que continuar (Sueli de Azevedo, 08 de junho de 2018).

Apesar das dificuldades encontradas, as obras continuaram. E no segundo momento, da construção das habitações, Sueli de Azevedo conta que foi criado dentro do escritório um mini departamento de edificação, similar ao que existia na Prefeitura. As plantas das casas eram feitas pelos moradores em papel de pão, desenhada com lápis de cor raspadinho e entregue aos arquitetos.

A Gilda, hoje a Gilda não está mais com a gente, mas foi fundamental nesse trabalho de análise. Vinha as plantinhas, ela analisava, orientava, devolvia para o morador com as correções, né, que eram necessárias. E por conta disso no primeiro mês nos tivemos trezentos projetos dentro do nosso escritório. O que não parava de entrar morador para conversar com a gente. Vim trazer meu projeto. Vim trazer meu projeto. Foi extremamente rico. Olha fantástico o trabalho (Sueli de Azevedo, 08 de junho de 2018).

A arquiteta relembra uma visita que fez anos depois à favela, conta que no período da urbanização o sistema viário foi feito de maneira simples, sendo as vias principais destinadas a grandes veículos, a exemplo de ambulância e carro de lixo, para que pudessem entrar na favela. Todavia, ao retornar havia muitos carros de moradores estacionados nas ruas.

Eram situações engraçadíssimas na comunidade, que era o morador, que construiu a casa, fez o seu muro, mas aquele vizinho ali não fez, ai ele chegava pro morador e dizia: você não vai fazer o seu muro? Nós não somos mais favela. Isso a gente ouviu. Ele já se considera um morador da cidade. Ele tinha muro, ele tinha delimitações (Sueli de Azevedo, 08 de junho de 2018).

Sobre os desdobramentos dos trabalhos do grupo Quadra, Sueli de Azevedo ressalta que não havia até aquele momento um olhar para a favela, pois não havia registros oficiais sobre as favelas do Rio de Janeiro. Na época em que trabalhou na Prefeitura, a questão favela era tratada no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social. Nesse período foi realizado um cadastro de favela, no qual foram mapeadas todas as favelas existentes naquele período, na cidade do Rio de Janeiro, contendo informações sobre os principais eixos e equipamentos urbanos. “Eu vejo isso, a própria Secretaria de Habitação como fruto desses trabalhos, feitos em comunidades. E não existia esse olhar, sinceramente ninguém olhava pra favela, não existia, a realidade era essa. Os próprios documentos do Estado não existiam” (Sueli de Azevedo em 08 de junho de 2018).

4 | ENTRE LEMBRAR E ESQUECER

Dez anos após a urbanização da favela, o arquiteto Carlos Nelson (1981) ressaltou que não havia mais memória coletiva em Brás de Pina, pois não se falava mais em luta, padre, CODESCO etc. exceto os saudosistas.

As pessoas que vieram de fora pensam que moram num lugar engraçado, estranho, mas não sabem dizer por que e não estão informados sobre o que aconteceu há dez anos. As crianças pequenas não conhecem a história do local onde moram, pois os pais não se dão ao trabalho de dizer o que se passou lá (SANTOS, 1981, p. 84).

Por outro lado, no campo acadêmico a história esquecida, desconhecida pelos moradores não deixou de ser registrada e discutida como, por exemplo, esse estudo que aborda esse processo. Assim como existem documentos nos arquivos do Estado.

Maurice Halbwachs (1990) sociólogo francês em sua obra *A Memória Coletiva* aborda a relação entre memória, indivíduo e coletivo. Para o autor (1990) a memória, mesmo residindo no âmbito individual, não está desvinculada da sociedade, ou seja, do coletivo. Diante disso, as lembranças que guardamos na memória estão atreladas às experiências vividas no âmbito social.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nos vimos. É porque em realidade nunca estamos só. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p.26).

Nesse contexto, Halbwachs (1990) argumenta que o esquecimento de uma parte de nossas vidas está atrelado ao distanciamento daqueles indivíduos que outrora fizeram parte do nosso cotidiano. Daí que reside a importância dos grupos com os quais nos relacionamos para as memórias individuais, na medida em que esses grupos são fundamentais para a manutenção das lembranças. Para que uma lembrança seja reconhecida e reconstruída é necessário que a memória individual tenha muitos pontos de contato com a memória coletiva.

Nessa discussão sobre lembrança e esquecimento, o autor destaca dois elementos que compreendem o passado: aqueles em que o indivíduo pode evocar as lembranças quando quiser; e aqueles que não atendem a vontade do indivíduo de relembrar. O primeiro elemento está relacionado ao fato de que os acontecimentos mais presentes em nossas vidas são também os mais lembrados na memória dos grupos mais próximos a nós, quando o indivíduo precisar lembrar-se de algo ele poderá ter como base a memória que é compartilhada com os outros; enquanto que no segundo elemento, a lembrança fica restrita apenas a memória individual, que por

não ser comum a outros indivíduos, é esquecida.

O sociólogo Michael Pollak (1989) em seu artigo *Memória esquecimento e silêncio* parte do trabalho de Maurice Halbwachs sobre as memórias individuais e coletivas. Essas memórias são formadas por diferentes pontos de referência (monumentos, patrimônio arquitetônico, paisagens, datas e personagens históricos, tradição).

Pollak (1989) aponta que na literatura sobre memória a abordagem durkheimiana analisa os diferentes pontos de referência que estruturam a memória coletiva de um determinado grupo. Nesse sentido, a memória de um grupo é estruturada a partir de hierarquias e classificações que se difere da memória coletiva de outros grupos, reforçando assim os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. Tal metodologia, presente na obra de Halbwachs, ressalta as funções positivas exercidas pela memória comum e reforça a coesão social através da adesão coletiva do grupo.

A abordagem construtivista, diferente da metodologia durkheimiana, analisa os processos e os atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. Dessa forma, privilegia-se a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias que contestam a memória oficial. Pollak (1989) argumenta que a memória subterrânea evidencia o caráter uniforme e opressor da memória coletiva nacional. Esse movimento implica numa disputa entre as memórias, na medida em que a memória subterrânea estabelece uma ruptura com o silêncio imposto pela memória oficial.

Essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.5).

A questão do esquecimento é abordada por Pollak (1989) a partir do silêncio e da falta de escuta das memórias subterrâneas, uma vez que para uma pessoa relatar seu sofrimento é necessária uma escuta. As razões para o silêncio podem ser de cunho político e pessoal. O autor, ao estudar os sobreviventes dos campos de concentração nazista, cita como exemplo o fato dos pais pouparem os filhos das lembranças de suas feridas. Assim, o “não-dito”, o silêncio é acompanhado pela angústia de não encontrar uma escuta, de sofrer alguma punição por aquilo que se diz, ou pela possibilidade de se expor a um mal entendido.

O historiador Pierre Nora (1993) em seu trabalho *Entre memória e história. A problemática dos lugares* distingue as categorias analíticas: memória e história. De acordo com o autor, a memória está situada no presente, enquanto que a história é uma representação do passado.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está

em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais (NORA, 1993, p.9).

Nesse sentido, a memória é entendida como “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidades de nos lembrar” (NORA, 1993, p.15). A dialética da lembrança e do esquecimento presente na memória implica no surgimento de lugares de memória. Nora (1993) argumenta que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, sendo necessária a criação de arquivos. Dessa forma, quanto menos a memória é vivida de forma interna, mais ela necessita de suportes externos e de referências tangíveis de uma existência que só vive a partir delas. Existe, nesse contexto, uma relação entre o sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo com a preocupação com o significado preciso do presente e com a incerteza do futuro.

De acordo com Pierre Nora (1993) os lugares de memória possuem três dimensões que coexistem em graus distintos. A primeira dimensão é a material – um depósito de arquivos; a segunda dimensão se refere à funcionalidade – os manuais de aulas, os testamentos que apresentam um caráter ritual; e por fim, a dimensão simbólica caracterizada por um acontecimento ou uma experiência vivida por um grupo. Essas três dimensões são constituídas através de um jogo de memória e história, uma interação de ambos os fatores que implica numa sobredeterminação recíproca.

Os lugares de memória tem a função de parar o tempo, ou seja, impedir o trabalho do esquecimento. Existem lugares de memória dominantes, aqueles em que se encontram a história oficial, normalmente imposta de cima para baixo; e os lugares dominados, aqueles onde se encontram o refúgio e o silêncio. “Lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993, p.27).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro da memória dessa experiência contribui para que a história da favela não seja apenas mostrada a partir da violência e do medo, presente nos discursos oficiais que são reforçados pelos veículos de comunicação. Abordar essa experiência é falar da história do Rio de Janeiro, evidenciando o processo de luta e participação dessas populações pelo direito à cidade, contra a exclusão social e estigmatização.

A questão do esquecimento da memória coletiva em Brás de Pina está atrelada ao fato de muitos moradores que participaram da experiência da urbanização não residiram mais na antiga favela, outros já faleceram, ou eram crianças na época e não

registraram em sua memória tantos detalhes. Todos esses exemplos evidenciam o afastamento dos indivíduos com o coletivo, o que propicia o esquecimento, na medida em que as lembranças deixam de ser compartilhadas e relembradas, como apontou Halbwachs (1990).

No dia em que entrevistei Teresa ela levou consigo uma edição impressa original do Jornal do Brasil, de 11 de maio de 1991, intitulado *A favela que deu certo – urbanização idealizada por Marcílio Moreira mudou comunidade em Brás de Pina*. A relíquia da família ficou em minhas mãos por algumas semanas, lembro que Teresa sempre perguntava quando devolveria, pois tinha receio de não mais vê-lo, ou se eu teria o mesmo cuidado com o jornal que ela. Por ser antigo, o jornal estava muito velho, qualquer descuido poderia rasgá-lo. O apego e cuidado que Teresa tem com o arquivo do jornal impresso demonstra a importância dos lugares de memória na dialética da lembrança e do esquecimento, como afirmou Nora (1990).

Em contexto distinto dos campos de concentração estudados por Pollak (1989), a falta de escuta também se faz presente na experiência de Brás de Pina. Conversando com Teresa, ela comentou que os filhos não tem interesse na história da urbanização da favela, que ela já contou uma vez, porém eles não se importaram em saber da história que ela e sua família fizeram parte, a história do lugar em que vivem. Daí o silêncio, lembro que ela ficou emocionada ao lembrar os acontecimentos daquele período que não acessava na memória há tanto tempo, pois a lembrança traz consigo as emoções. Foi assim no depoimento da arquiteta Sueli de Azevedo, ao lembrar o período em que trabalhou com o Carlos Nelson na urbanização da favela, entre risos e voz embargada pela emoção.

REFERÊNCIAS

BLANK, Gilda. Brás de Pina: uma experiência de urbanização de favela. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 93-124.

BURGOS, Marcelo Bauman. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 25-60.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos tribunais LTDA, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Proj História**, São Paulo. Dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol.2 n. 3, 1989, p.3-15.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. [1943-1989]. **Sementes Urbanas 2**. Org. Maria de Lourdes Pinto Machado Costa e Maria Lais Pereira da Silva. – Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017.

SILVA, Larissa Guimarães. **O que significa “integrar a favela à cidade formal”? Reflexões sobre a relação entre favela e bairro, após 50 anos da execução do projeto de urbanização da favela de Brás de pina.** Monografia (Arquitetura e Urbanismo). Orientador: Gerônimo Leitão. Niterói, 2015. p. 125.

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14(Sup. 2):7-18, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4

